

14.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência e no **Manual de Sanções Administrativas**, anexo IV do Edital de Licitação, Pregão Eletrônico nº **46/2019**, , respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o disposto na [Lei 14.212, de 31 de janeiro de 2002](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

15.3. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos seguintes casos:

15.3.1. Pelo atraso na entrega das refeições;

15.3.2. Pelo descumprimento ou cumprimento irregular das Cláusulas contratuais;

15.3.3. Pela lentidão no cumprimento do Contrato, impossibilitando o fornecimento no prazo estabelecido;

15.3.4. Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto contratado;

15.3.5. Pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

15.3.6. Pela subcontratação total ou parcial do objeto, não sendo considerada, para tal fim, a manufatura dos pães.

15.3.7. Pelo não atendimento às determinações regulares da Autoridade designada pela Unidade para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;

15.3.8. Por prática reiterada de faltas na execução, anotadas pela CONTRATANTE;

15.3.9. Pela decretação de falência da empresa ou instauração de insolvência civil de sócio da empresa;

15.3.10. Pela dissolução da sociedade;

15.3.11. Pela alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

15.3.12. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este Contrato;

15.3.13. A CONTRATANTE poderá valer-se das prerrogativas instituídas pelo art. 80, da [Lei Federal 8.666/93](#), sem prejuízo da aplicação de qualquer das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

15.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.